



RESULTANTE
RESEARCH • CONSULTORIA • EDUCACIONAL

Avaliação externa – *Second Opinion*

Relatório final

CRA Verde

Cliente: ISEC Securitizadora | SLC Agrícola

24/11/2020



SOBRE A RESULTANTE

A Resultante é uma consultoria especializada em finanças sustentáveis e integração ambiental, social e de governança corporativa (ASG) à estratégia de empresas e instituições financeiras. Fundada em 2013, conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais com atuação nas áreas de finanças e mercado de capitais, além de carreiras dedicadas à agenda das questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

Os projetos desenvolvidos junto a nossos clientes têm por objetivo compreender e mitigar riscos, aproveitar oportunidades de negócio e atender à crescente regulação do tema junto às empresas e ao setor financeiro. Como uma empresa de consultoria, temos como principais diferenciais a alocação de profissionais de nível sênior e experiência profissional e acadêmica comprovada nas áreas em que atuamos, para prover a nossos parceiros de negócios um modelo de atendimento customizado, flexível e eficiente na geração de resultados de curto, médio e longo prazo.

A Resultante atua nas seguintes áreas:

Análise: emissão de relatórios e pareceres de risco socioambiental ou *research* ASG para suporte a operações de crédito e decisões de investimento. Entre os produtos da Resultante neste segmento, destacam-se

- Sustentanálise®: parecer de risco socioambiental para suporte à decisão de crédito, com busca em bases de dados públicas e classificação de risco a partir de metodologia própria
- ESG Research: avaliação de mais de 130 empresas listadas na bolsa de valores brasileira, sob aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, disponibilizadas em um sistema com ponderação customizável de acordo com a cultura de investimentos de nossos clientes
- Avaliação externa de títulos temáticos: pareceres de avaliação externa para emissões de *green bonds*, *social bonds*, *sustainable bonds*, *SDG bonds* e outros títulos de renda fixa cujas operações gerem contribuições socioambientais positivas

Consultoria: desenvolvimento de projetos customizados para a integração de aspectos ASG ao desenvolvimento de políticas corporativas, metodologias de análise e gestão de riscos, definição de aspectos ASG relevantes para a estratégia, gestão e reporte ao mercado

Educacional: realização de capacitações *in company* e cursos abertos em parceria com as principais escolas de negócio do mercado brasileiro, palestras e *workshops* com o objetivo de promover a integração dos aspectos ASG à agenda de riscos, oportunidades de negócio e *compliance* com acordos voluntários, iniciativas setoriais e tendências regulatórias

Dados da Resultante

Razão Social: ASB Assessoria Empresarial LTDA.
CNPJ: 15.190.980/0001-00 Endereço: Rua Paes Leme n. 215 cj 2114
Pinheiros, São Paulo, SP – CEP 05424-150

SUMÁRIO

Sobre a Resultante.....	2
Sumário	3
Escopo	4
Declaração de Responsabilidade	5
Opinião - Final	6
Metodologia para Avaliação	8
Resultados.....	10
Avaliação ESG da Emissora	10
Aspectos de Governança Corporativa	10
Aspectos Sociais	13
Aspectos Ambientais	14
Avaliação ESG do Programa de Investimentos Verdes – Projeto	24
Aspectos de Governança	24
Aspectos Sociais	25
Aspectos Ambientais	26
Alinhamento da Emissão com as Diretrizes GBP	32
Formulário Green Bond Principles (GBP)	34

ESCOPO

O objetivo desta avaliação externa é dar uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde ou *Green Bond*, da emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, no valor de R\$ 400 milhões, da ISEC Securitizadora S.A., lastreados em créditos do agronegócio devidos pela SLC Agrícola S.A. A operação tem um prazo de 5 anos e os recursos serão destinados para compra de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes para ampliação das práticas de agricultura digital e de baixo carbono através do menor consumo de recursos naturais não renováveis e o plantio de soja e algodão alternados com culturas de cobertura, através do plantio direto e sistema de integração lavoura-pecuária (ILP).

Tais projetos estão diretamente ligados a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE), entre outros benefícios como a conservação do solo, a redução da erosão e ao consumo de fertilizantes e herbicidas. A principal atenção em relação às questões ambientais se volta à possíveis irregularidades como áreas embargadas e desmatamento, temas mais sensíveis para o setor.

Os investimentos viabilizam o alcance de metas corporativas já compromissadas para a mitigação das emissões dos gases do efeito estufa, entre outros benefícios já citados no parágrafo acima.

O processo iniciou em 05 de outubro de 2020 com a conclusão do relatório final de avaliação externa em 23 de novembro de 2020.

A SLC tem um extenso histórico no agronegócio, fundada em 1977, atuando na colheita e no beneficiamento de soja, milho e algodão, com um modelo de negócio que integra tecnologias modernas, alta escala de produção, ações para padronização das unidades produtivas, ações de eficiência na gestão de custos e princípios de responsabilidade socioambiental. De acordo com dados publicados pela companhia, a operação possui as seguintes características:

- 16 unidades produtivas (fazendas, 14 sendo imóveis próprios).
- 08 unidades produtivas certificadas pelas normas: ISO 14001; OHSAS 18001; NBR 16001; ISO 9001.
- Área plantada de 458 mil hectares (safra 2018/2019).
- 70 mil hectares das lavouras com cobertura 4G.
- Atuação em 06 Estados da Federação (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Maranhão e Piauí).
- 3.630 funcionários.
- Receita Líquida 2019 de R\$ 2,5 bilhões.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Resultante declara para os devidos fins que não é acionista, cliente ou possui quaisquer relações com a SLC Agrícola S.A. que possam caracterizar conflito de interesse e, portanto, está apta a emitir uma avaliação externa independente da emissão deste título.

A avaliação externa se baseia em informações públicas e/ou autodeclaradas. O parecer não possui caráter de auditoria e, portanto, não atesta a veracidade das informações coletadas e apresentadas. Durante as pesquisas, no entanto, não foram encontrados indícios de irregularidade das informações.

Este documento deve ser considerado como uma avaliação ou opinião externa quanto à aderência do título de dívida emitido como verde, segundo parâmetros do ICMA e FEBRABAN, não atendendo a quaisquer requisitos de certificação. Além disso, esse relatório não faz recomendações em relação à viabilidade e rentabilidade econômica do projeto.

OPINIÃO - FINAL

A avaliação da performance ESG e da gestão da sustentabilidade nas operações SLC Agrícola evidenciou práticas consolidadas de gestão e de integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

O programa de investimentos verdes apresentado para avaliação, foco da destinação dos recursos financeiros, também foi delineado e apresentado para apreciação da avaliação externa, que por sua vez foi capaz de identificar premissas e alinhamentos gerais com as diretrizes GBP e com os Critérios de Agricultura do CBI dentro dos padrões esperados.

Por fim, a Resultante compreende que as práticas da companhia e as estratégias contidas no programa de investimentos verdes, incluindo, por exemplo, o Programa de Redução de Gases de Efeito Estufa, a serem potencializadas pelos recursos da emissão em questão permitem confirmar, que a emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da série única da 20ª (vigésima) emissão da Emissora está alinhada com os Princípios para Emissão de Títulos Verdes (Green Bond Principles - GBP) com impactos positivos para a dimensão ambiental, em especial as mudanças climáticas.

A seguir estão alguns pontos que compõem a conclusão dos trabalhos de elaboração do relatório de opinião externa "*Second Opinion*":

Considerações sobre a gestão das mudanças do clima

A avaliação externa durante o processo de entrevistas e avaliação do protagonismo ESG desejado e demonstrado pelas ações e práticas da SLC Agrícola percebeu que há espaço para endereçar à empresa orientações visando a sua adesão ao Carbon Disclosure Project (CDP), algo que foi identificado como um dos planos previstos para o futuro recente da gestão da sustentabilidade da empresa. Assim, considerando o contexto da emissão sob análise, o processo de avaliação externa visando emitir opinião sobre o alinhamento com as premissas e conceitos de um título verde e também a presença da SLC no Novo Mercado, compreende-se que há aí uma oportunidade de adesão visando potencializar a conscientização corporativa e de otimizar e aprimorar a gestão dos riscos relacionados ao carbono e com as mudanças do clima.

Considerações sobre a gestão da energia

A avaliação externa durante o processo de entrevistas e avaliação do protagonismo ESG desejado e demonstrado pelas ações e práticas da SLC Agrícola percebeu também que existem espaços de evolução a serem direcionados pela empresa no sentido de promover o uso de energias renováveis de forma mais estruturada na companhia, incluindo a geração solar de energia, por exemplo, e também no sentido de promover ações, mesmo que em iniciativas piloto e até pioneiras, de priorização do uso de biocombustíveis ou combustíveis menos intensivos em emissões de poluentes e gases de efeito estufa tanto nas estruturas

estacionárias que consomem combustíveis tradicionais como óleo diesel, por exemplo, como também nos maquinários agrícolas como tratores e colheitadeiras, por exemplo.

Considerações sobre o tema áreas embargadas

A avaliação externa durante o processo de entrevistas e avaliação de documentos e informações públicas identificou que a companhia divulga informações sobre a existência de autos de infração lavrados pelo órgão ambiental federal (IBAMA) e que dentre estes autos de infração há situações envolvendo o tema "áreas embargadas". Sobre este tema é importante registrar que o processo de avaliação externa (Second Opinion) entende que seria necessário e recomendável que a empresa refletisse sobre a adoção de procedimentos (caso ainda não existam) que sejam capazes de controlar o fluxo do recurso financeiro levantado com a emissão do Título Verde para que o(s) local(is) (fazenda(s)/unidade(s) produtiva(s)) que tenha(m) área(s) embargada(s) não receba(m) tais recursos.

Considerações sobre Fatores ESG e Compromissos Financeiros do CRA

A avaliação externa emitida nesta Segunda Opinião (Second Opinion) registra que os fatores ESG para os quais as operações SLC Agrícola estão associados podem, se gerenciados inadequadamente, ter potencial de gerar riscos de reputação e também comprometer a capacidade da empresa de cumprir as obrigações financeiras previstas nos termos e condições do CRA, incluindo fatores ESG como mudanças climáticas, eventos climáticos extremos, aspectos florestais das áreas plantadas, recrudescimento de fiscalizações ambientais, posicionamentos de organizações não governamentais que monitoram temas como biodiversidade e desmatamento no agronegócio, dentre outros fatores. Portanto, os compromissos assumidos pela empresa em termos de sustentabilidade, gestão das mudanças climáticas e ESG nos documentos da emissão e publicamente em suas políticas e relatórios são essenciais para o sucesso da emissão.

A empresa está ciente de que os recursos adquiridos na emissão deste CRA não devem ser destinados a áreas eventualmente irregulares, e das avaliações periódicas para comprovação da evolução nos indicadores ESG, que serão apontados na versão final deste relatório.

São Paulo, 23/11/2020

Equipe Responsável



Bruno Cesar V. Youssif
Sócio-Diretor
bruno.youssif@resultante.com.br



Marco Antonio Ferreira
Consultor Sênior
marco.ferreira@resultante.com.br

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO

Para avaliação do projeto, a Resultante utiliza metodologia própria de avaliação, inspirada nos *Green Bonds Principles* (GBP), da International Capital Market Association (ICMA), no Guia de Emissão de Títulos Verdes da FEBRABAN e CEBDS e nos critérios para o setor de agricultura recentemente definidos pela CBI, Climate Bonds Initiative. A metodologia contempla em seu processo de avaliação da performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) um olhar sobre a atividade principal da empresa emissora do título e os projetos beneficiados pela emissão, com respaldo na avaliação de documentos do emissor, legislação aplicável e nos benefícios socioambientais tangíveis de suas atividades. A Resultante está analisando documentos fornecidos pela empresa, pesquisa em sites de busca e órgãos públicos e entrevistas com o responsável pela área de sustentabilidade, presente em todas as etapas da operação.

A metodologia para avaliação do projeto, definida neste relatório é composta pelas diretrizes do processo voluntário para emissões de títulos verdes definidas pela iniciativa *The Green Bond Principles* (GBP), da ICMA, que tem como objetivo enfatizar a transparência e integridade das informações no que tange à destinação dos recursos, os critérios que elegeram a operação como verde, a gestão dos recursos e a divulgação de práticas e resultados e pelos critérios de Agricultura recentemente publicados pela CBI, além do Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil elaborado em conjunto pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) que orienta de forma geral, quais os principais temas devem ser avaliados pelo agente de avaliação externa, a saber:

1. Adoção de Política de Responsabilidade Socioambiental pelo emissor;
2. Objetivos ambientais do emissor;
3. Licenças ambientais e Estudos de Impacto Ambiental, quando aplicáveis;
4. Modelo de governança para implantação e gestão de projetos;
5. Critérios para elegibilidade dos Projetos Verdes;
6. Definição clara da aplicação dos recursos a serem captados pelos Títulos Verdes;
7. Definição dos indicadores, formas de monitoramento dos resultados financeiros e ambientais esperados e estimativas de desempenho ambiental;
8. Qualidade, instrumento e frequência do reporte para os investidores e para o mercado em geral.

Outro elemento importante sob a ótica da metodologia de avaliação é o enquadramento dos projetos do emissor dentro das categorias indicadas nas seguintes categorias:

1. Empresas em geral: projetos específicos
2. Empresas em geral: programa de investimentos verdes
3. Empresas com negócios exclusivamente verdes (pure play)

Entre os modelos propostos no Guia, interpretamos o uso dos recursos relacionados a emissão como um programa de investimentos verdes da SLC Agrícola, uma vez que a companhia tem como foco alavancar a agricultura digital e de baixo carbono que serão detalhas no relatório completo. Os recursos desta operação serão destinados à compra de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes, que exigem menor consumo de recursos naturais não renováveis e herbicidas; e também será destinado ao plantio direto e sistema integração lavoura-pecuária (ILP) de soja e algodão alternados com culturas de cobertura, práticas que reduzem as emissões de gases do efeito estufa, entre outros benefícios como a conservação do solo e a redução da erosão e do consumo de fertilizantes e herbicidas.

A análise ASG (Ambiental, Social e de Governança) será dividida em dois eixos, sendo o eixo (i) Avaliação da Gestão em Sustentabilidade da devedora do título, que contempla questões relacionadas à empresa e suas operações, à fim de avaliar a gestão da companhia; e o eixo (ii) de Avaliação do Projeto, que avalia as questões operacionais para onde os recursos serão destinados.

EMISSOR	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de recursos naturais; Resíduos e efluentes; Mudanças climáticas; Biodiversidade e desmatamento; Histórico infrações, ações, multas e embargos 	<ul style="list-style-type: none"> Saúde e Segurança Ocupacional; Gestão de fornecedores; Interação com comunidades do entorno; Histórico de inconformidades com stakeholders. 	<ul style="list-style-type: none"> Integração ESG; Políticas corporativas e certificações; Histórico de processos administrativos.
	PROJETO	<ul style="list-style-type: none"> Conformidade das áreas beneficiadas; Avaliação de eficiência de máquinas e equipamentos; Emissões evitadas de GEE; Acidentes, infrações, multas e embargos. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de práticas ESG dos fornecedores; Realocação de funcionários e demissões em razão da mecanização; Histórico de inconformidades.

E

S

G

Figura 1 Principais temas a serem analisados em cada dimensão do projeto.

Para esta avaliação (*Second Opinion*), foram analisados documentos fornecidos pela empresa, pesquisa em sites de busca e órgãos públicos e entrevistas com o responsável pela área de sustentabilidade, presente em todas as etapas da operação.

RESULTADOS

AVALIAÇÃO ESG DA EMISSORA

Aspectos de Governança Corporativa

Para a avaliação deste aspecto é importante registrar que a SLC Agrícola (SLC) está listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A., reforçando seu compromisso com o princípio da transparência e com a aplicação prática das melhores práticas de governança corporativa. Destaca-se que o Relatório da Administração (2019), em sua página 9 registra que “a evolução das políticas e sistemas de governança tem direcionado a gestão para um crescimento responsável e equilibrado dos negócios, alinhado à ética e aos valores corporativos expressos no Código de Ética e Conduta”. A SLC reforça seu reporte anual mais recente que “em 2019 avançou com a implementação e consolidação do Sistema de Compliance, que dissemina e reforça a cultura de integridade entre todos os administradores e colaboradores”.

A estrutura de governança corporativa da SLC é composta pelo Conselho de Administração, pelo Diretor-Presidente e Diretores departamentais, de um Comitê de Gestão de Risco (ligado diretamente ao Diretor-Presidente) e de um Conselho Fiscal.

Integração ESG

Nesta estrutura de governança é possível destacar na composição da Diretoria a existência da Diretoria de RH e Sustentabilidade, responsável pelo tema na companhia. Destaca-se também a participação de conselheiros independentes, com formação técnica no assunto.

Conforme formalizado no site da empresa, notamos a participação do Comitê de Sustentabilidade, integrado ao Comitê de Diretores, como uma instância atuante na companhia. Segundo a empresa, criado em 2008, este comitê toma decisões relacionadas aos projetos de sustentabilidade.

A sustentabilidade se reforça presente na visão estratégica da SLC à medida que traz eixos prioritários de atuação:

- **Mudanças climáticas e solo**

Abrange os esforços para mitigar as mudanças climáticas, por duas principais abordagens: minimizar o consumo de insumos agrícolas, a geração de resíduos e a utilização de combustíveis fósseis, reduzindo nossa pegada de carbono; e aprimorar a qualidade do solo nas áreas de cultivo, contribuindo para o sequestro de carbono no solo.

- **Água e biodiversidade**

Envolve as iniciativas para otimização do consumo de água e preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade. Para isso, investimos em sistemas ecoeficientes de produção e promovemos iniciativas de conservação e reflorestamento, além de

garantir a adoção das melhores práticas de manejo por meio das certificações de nossas atividades.

- **Expectativa de stakeholders**

Reúne os investimentos e abordagens para promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões em que atuamos, baseado no diálogo transparente com todos os públicos e a formação de nossos líderes e demais colaboradores para melhor compreender os desafios das comunidades locais.

Estes três eixos, de acordo com a companhia, estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA), ambos da capitaneados pela Organização das Nações Unidas (ONU), dos quais é signatária e atuante.

Registra-se ainda que a empresa declara considerar os eixos prioritários nos processos de avaliação de desempenho e remuneração variável dos colaboradores.

Uma percepção positiva obtida durante a análise do desempenho ASG da empresa é que há uma associação estratégica entre ações de inovação e ganhos em sustentabilidade, sendo que a empresa declara que vive a terceira fase de sua estratégia, uma fase onde visa entre outros temas, o “protagonismo em ESG”, em que a digitalização e as novas tecnologias transformam as práticas agrícolas de modo a trazer ganhos de eficiência capazes de permitir crescimento na produção dentro das áreas já desenvolvidas (RA2019, pág. 11). Além disso, o crescimento na produção ao se aproveitar das ações de digitalização e das novas tecnologias também indica caminhos para ganhos ambientais associados como, por exemplo, a redução nas emissões de gases de efeito estufa, uma das frentes cujos investimentos com a emissão irão beneficiar de acordo com os compromissos assumidos pela Emissora.

Assim, do ponto de vista da gestão da empresa, existe evidências e posicionamentos formais e claros do compromisso com o seu desempenho socioambiental e de governança e tais constatações corroboram, junto com os demais elementos descritos neste relatório de avaliação externa, para a avaliação positiva quanto à capacidade da corporação de investir, monitorar e reportar os recursos da emissão dentro do escopo do conceito de Título Verde proposto neste relatório e nos documentos vinculados a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tais como Termo de Securitização e Cédula de Produto Rural.

Políticas Corporativas e Certificações

Uma determinação relevante do Comitê de sustentabilidade foi elaborar e revisar a chamada Política Integrada que dá as premissas principais para o funcionamento do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que permeia todas as áreas da empresa, incluindo a gestão das normas ISO 14001, OHSAS 18001 (em processo de transição para o padrão ISO 45001, conclusão prevista para final de 2020) e NBR 16001. Adicionalmente, destacamos a Política de Qualidade como instrumento relevante na gestão dos temas ESG.

Sobre gestão de riscos, o destaque se dá pela recente aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos, que conta com o aspecto de risco socioambiental fundamentado, de acordo com a empresa, no Sistema de Gestão Integrado (SGI) e suas certificações.

O risco socioambiental que se descreve pelas “perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade, decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade”, chama a atenção por não mencionar de maneira direta aspectos relacionados a riscos climáticos, como possíveis falhas nas ações de mitigação e/ou adaptação às mudanças do clima e possíveis falhas nas estratégias de agricultura de baixo carbono. Entretanto, está evidente que a companhia integra tais assuntos em suas rotinas, como já mencionado.

A companhia possui diversas apólices de seguros que endossam sua estratégia de resiliência e gestão de riscos. A análise teve uma perspectiva consolidada sobre eventuais coberturas dentro dos seguros listados que ofereçam proteção para perdas na atividade agrícola, decorrentes, principalmente, de fenômenos e de riscos climáticos, conforme preconiza, por exemplo, o Guia de Seguros Rurais elaborado entre a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao definir a modalidade do seguro agrícola, por exemplo.

Essa análise se faz sempre de forma complementar às medidas já adotadas pela companhia para mitigar, por exemplo, o risco climático incluindo a sua diversificação locacional das unidades produtivas, a operação com plantio de três culturas diferentes com janelas específicas de plantio/colheita e variedades em cada cultura além do armazenamento e processamento com uso de inteligência artificial de dados. Ressalta-se que em entrevistas com o time especializado da empresa também foi mencionado os estudos sempre em andamento e com aplicações práticas de sementes, por exemplo, mais adaptadas para cada ambiente de produção e mais resistentes a fenômenos climáticos adversos e/ou críticos como secas, por exemplo.

Em termos de Certificações, além das já mencionadas a empresa também possui padrões e certificações específicos para o setor agrícola, de cunho nacional e internacional, para as commodities da SLC Agrícola, como a RTRS (Round Table on Responsible Soy), a ProTerra, FEMAS (Certificação Sistema de Segurança para Matérias-Primas para Alimentação Animal), o CRS (Certified Responsible Soya), e os padrões ABR (Algodão Brasileiro Responsável) e BCI (Better Cotton Initiative) para a cultura do algodão”.

No que diz respeito à avaliação dos certificados que estão relacionados com as certificações mencionadas e publicadas pela companhia esse processo de avaliação externa teve acesso aos mesmos, e foi possível analisar aspectos como escopo e validade para compreensão mais detalhada dos impactos positivos destas certificações nas rotinas de gestão da sustentabilidade da empresa.

Aspectos Sociais

Saúde e segurança ocupacional

A empresa demonstra ter uma gestão adequada sobre o tema, com equipe de profissionais especializados que executam serviços de assessoria contínua em ações de saúde e segurança ocupacional, com destaque para as áreas de campo agrícolas, conhecido como Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural.

Além das práticas rotineiras e de conformidade com o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários, a empresa também divulga ações no âmbito do chamado Programa de Observação Comportamental.

Todas as iniciativas se refletem em resultados positivos quanto a taxas de gravidade e frequência de acidentes, que podem ser evidenciados no relatório integrado 2019 e demais documentos públicos da companhia.¹

Gestão de fornecedores

O processo de homologação e monitoramento dos fornecedores contempla avaliação de documentos, inclusive pela equipe de Sustentabilidade, quando classificados pela área de suprimentos como riscos potenciais.

A equipe de Sustentabilidade é responsável pela análise crítica de documentos, de acordo com as exigências legais, socioambientais, e de saúde e segurança do trabalho. Após contratação, os fornecedores passam a ser monitorados e são notificados em qualquer inconformidade e devem apresentar uma solução pontual para o problema detectado e quais ações preventivas serão tomadas para evitar novos problemas.

Interação com comunidades do entorno

Por estar inserido em biomas sensíveis, como Amazônia e Cerrado, além da gestão de aspectos ambientais, o bom relacionamento com comunidades do entorno, em prol da preservação dos aspectos culturais e do desenvolvimento social e econômico.

Ao falar de impactos provocados a partir de suas operações, em entrevista com o gestor de sustentabilidade da empresa, não há registros concretos de impactos com comunidades do entorno. Todas as propriedades foram adquiridas respeitando a legislação fundiária e diversas diligências para comprovação da origem das propriedades. Além disso, o posicionamento da área produtiva é um fator preponderante para afirmar que o risco de impacto e contaminação é nulo, pois são circundados por faixa de vegetação nativa de pelo menos 2 km de extensão. As aplicações de agrotóxicos ocorrem seguindo as melhores práticas, como controle da velocidade do vento para evitar deriva, sendo proibida a aplicação em área próxima às áreas com vegetação nativa.

¹ Segundo o Relatório Integrado (2019), houve redução de 4% na taxa de frequência de acidentes com afastamento, se comparado com o ano anterior. A taxa de gravidade de acidentes também foi reduzida, passando de 76,27 para 69,30, contudo, o número de acidentes com terceiros subiu de 6 para 10, em funções de obras mais intensas no período.

Atualmente, uma de suas propriedades é limítrofe a uma comunidade indígena. Não há iniciativas de engajamento com a mesma, contudo, os canais de comunicação da SLC estão abertos não só para comunidades de entorno, mas para o público em geral.

Aspectos Ambientais

Recursos Naturais

Água

A agropecuária é o setor que mais consome água doce no Brasil, mas grande parte é desperdiçada por irrigação mal executada e por falta de controle do agricultor e na quantidade utilizada em lavouras e no processamento de produtos². A SLC apresenta diversas iniciativas para redução do consumo de água e mitigação dos riscos de escassez dos recursos hídricos nas regiões onde atua. Atualmente, cerca de 99% de suas lavouras utiliza agricultura de sequeiro, uma técnica que não necessita de irrigação. O restante, cerca de 1% dispõe de um sistema de irrigação chamado Sistema Irriga, um sistema que varia de acordo com a umidade do solo em diferentes profundidades, da disponibilidade hídrica de cada cultura, levando em consideração a fase do cultivo e a previsão de chuvas para as regiões. Esta tecnologia resulta em uma economia de 30% no consumo de água em comparação com os sistemas tradicionais de irrigação.

Energia

A SLC dispõe de estruturas modernas que contribuem para a redução do consumo de energia em algumas unidades. Uma de suas propriedades (Fazenda Pantanal), dispõe de uma CGH que atende toda demanda energética local. Nas demais unidades, há instalações fotovoltaicas para geração de energia para abastecimento, atendimento de torres de comunicação e alojamentos. Em outras propriedades, a empresa dispõe de telhados verdes e telhas translúcidas, ambos auxiliam na redução do consumo de energia.

A companhia dispõe de históricos de consumo de energia de fontes fósseis ou não renovável, e pretende elaborar um estudo de viabilidade para substituição das energias não renováveis existentes na Companhia e uso de novas tecnologias.

Insumos

A empresa está investindo em inovações tecnológicas que reduzem de forma significativa o uso de defensivos agrícolas. Drones estão sendo usados para monitorar ervas daninhas e não só localizam, mas também informam a quantidade de plantas daninhas na lavoura. Este sistema permite a construção de um mapa que permitirá a aplicação exata do herbicida. Ressalta-se que parte do recurso deste CRA será destinado à compra de equipamentos cujos sensores conseguem captar tonalidades de verde e tamanho de ervas daninhas, e ao captar a imagem, bicos de pulverização correspondentes são acionados para que o herbicida seja aplicado apenas no foco da adversidade. Esta tecnologia tem potencial de economia de 90% no consumo de água durante a aplicação do composto e conseqüentemente, reduz a quantidade de água que geralmente é utilizada na solução de defensivos.

² <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/quase-metade-da-a-gua-usada-na-agricultura-a-c.2019-03-15.2354987174>.

Resíduos e Efluentes

As medidas de separação e destinação de resíduos da SLC seguem as melhores práticas do setor. Todas as unidades dispõem de centrais temporárias de resíduos, onde é realizada a triagem e o armazenamento dos resíduos perigosos e não perigosos antes de serem destinados via terceiros. A companhia possui controle e monitoramento dos resíduos gerados e destinados. Embalagens de defensivos, pneus, pilhas, baterias, óleos e lubrificantes usados são encaminhados para entidades parceiras nos processos de logística reversa. Embalagens de defensivos laváveis e não laváveis são encaminhados para o Centro de Coleta de Embalagens de Defensivos Agrícolas do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV).

Em 2018, a companhia passou a comercializar seus resíduos recicláveis como plástico, papelão, óleos, graxas e metais, o que resultou em um montante de R\$ 488 mil³. Este valor superou os custos com transporte, destinação e tratamento de resíduos perigosos que na época, custou cerca de R\$ 310,8 mil, ao longo do ano. Análises sobre os relatórios de sustentabilidade da empresa mostram evolução quanto ao tema a cada ano.

Ao tratar de efluentes, a companhia relata dois tipos de tratamento, um voltado para o efluente doméstico, orientada pelo Sistema de Gestão Integrado da SLC e presente em todas as unidades operacionais e o segundo, específico para esgotos industriais.

Quanto aos efluentes industriais, oriundos do processo de descontaminação de aeronaves e pulverizadores terrestres utilizados na aplicação de defensivos/ fertilizantes agrícolas e lavanderia de equipamentos de proteção individual (EPIs), destaque para o sistema ozonizador (tratamento com ozônio) e evaporação em tanques de solarização (piscinas impermeabilizadas e cobertas), tecnologia utilizada em tratamentos terciários, de alta performance mas ainda pouco utilizada nos países em desenvolvimento devido aos altos custos de operação⁴.

Mudanças Climáticas

Em 2019, a companhia divulgou um plano decenal para reduzir suas emissões em 25%, até 2030. Para cumprimento da meta, o plano contempla os seguintes projetos:

1. Consórcio milho e braquiária
2. Consórcio de culturas de cobertura com algodão
3. Integração lavoura e pecuária (ILP)
4. Substituição de fósseis por biocombustíveis
5. Adoção de novas tecnologias na agricultura
6. Substituição de fonte de Nitrogênio e redução da dose
7. Enriquecimento de áreas de Reserva Legal
8. Uso de energia renovável

³ Relatório de Sustentabilidade, 2018, p. 30.

⁴ <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1268/1/Ranieri%20Niero.pdf>

Os projetos se demonstram viáveis e realistas, uma vez que cada um possui um líder e equipes envolvidas na elaboração e implementação. O avanço desses projetos é acompanhado na Reunião Mensal de Resultados – RMR que conta com a presença de diretores e gerentes da SLC e o reporte se dará todos os anos, através do Relatório Integrado. Parte destes projetos (1, 2, 3, 5 e 6) serão realizados a partir dos recursos providos pela emissão do CRA em questão, e será abordado nos próximos capítulos.

A SLC realiza inventário de emissões nos escopos 1 e 2, seguindo a metodologia do Programa Brasileiro do *GHG Protocol*, mas para mais precisão na apuração das emissões agrícolas, está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria e outras startups, uma nova metodologia, que visa resultados mais precisos de acordo com as condições ambientais de cada fazenda (clima e solo), reduzindo o tempo de análise e tratamento dos dados.

No inventário de emissões relativo ao ano de 2019 a empresa declarou ter encontrado oportunidades de melhoria nos cálculos relacionados às emissões vinculadas com suas atividades agrícolas, em comparação aos dois anos anteriores (2017 e 2018), em especial efetuando ajustes nos fatores de emissão dos fertilizantes nitrogenados, que de forma geral têm um peso importante no universo total de emissões de GEEs. Assim, no inventário de 2019 essas formas de cálculo já foram implementadas e consideradas, indicando significativa redução nas emissões agrícolas. A empresa declarou que foi possível constatar uma redução real, somente considerando as emissões agrícolas, de 13,16% considerando o novo método de cálculo. Em entrevista com o gestor da área de sustentabilidade, capturamos que a SLC está se preparando para aderir de forma integral ao CDP em 2021.

Potenciais de Mitigação das Emissões

Práticas de plantio

Atualmente, 90% da área cultivada é feita por plantio direto. Esta prática utiliza discos e hastes que evitam o revolvimento excessivo no solo e em contrapartida, promove a aeração e o aumento da atividade microbiana, que utiliza o carbono orgânico do solo como substrato de crescimento. Este processo aumenta os teores de matéria orgânica no solo. A prática reduz a demanda por fertilizantes o que contribui, inclusive, para o alcance de outros benefícios ambientais como a conservação do solo e a redução da erosão.

Nos últimos 3 anos, a companhia também aderiu ao sistema integração lavoura-pecuária (ILP), prática de produção considerada sustentável, pois integra atividades agrícolas e pecuárias na mesma área, buscando efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema.

O plantio direto e o sistema integração lavoura-pecuária estão contempladas no Plano ABC, referência em práticas de baixo carbono.

Outro sistema que vem sendo difundido junto com o plantio direto é o consórcio entre as culturas de milho e braquiária e o desenvolvimento de um sistema que permite o consórcio do algodão com algumas espécies de cobertura, para tornar a sucessão entre soja e algodão

mais sustentável. Espécies de cobertura podem ter diversos benefícios ambientais, sendo a principal para o tema, o aumento dos teores de matéria orgânica no solo (MOS) e a redução das emissões de CO₂ para a atmosfera⁵.

Fertilizantes

Os fertilizantes são importantes fontes de nutrientes para as plantas, na forma de íons amônio (NH₄⁻) e nitrato (NO₃⁻), mas também podem ser um dos principais responsáveis pela emissão de GEE no setor. Quando aplicado no solo, parte é absorvida pela planta, mas neste processo, também ocorrem perdas por volatilização, lixiviação, erosão ou desnitrificação. A desnitrificação é um processo químico que transforma o NO₃⁻ em N₂ e uma porção significativa passa a ser emitida como óxido nitroso (N₂O), um dos gases causadores do efeito estufa e cerca de 300 vezes superior ao CO₂⁶.

De acordo com os parâmetros da *EU Nitrogen Expert Panel*, o grau de eficiência de aplicação de fertilizantes deve estar dentro de um limite entre 50% e 90%. A média mundial de eficiência gira em torno de 50%. O gráfico abaixo mostra não só a melhora de eficiência na última safra, mas também o quanto tem se destacado da média mundial.

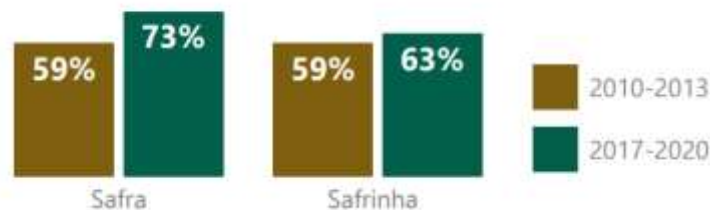


Figura 2 - Áreas de algodão da SLC dentro da faixa ideal de eficiência em fertilizantes nitrogenados. Fonte: Apresentação para investidores, p. 6, Site RI.

Além disso, a empresa tem ciência que a expansão das boas práticas agrícolas, como plantio direto e ILP, associadas a consórcios com variadas espécies e a aquisição de novas tecnologias podem reduzir a aplicação destes fertilizantes e contribuir de forma significativa com uma agricultura de baixo carbono. Hoje, já se sabe que os nutrientes da palhada provenientes do plantio direto ou do sistema ILP, melhora as condições físicas, químicas e biológicas do solo, e consequentemente, reduz a necessidade de fertilização mineral e de herbicidas químicos. Parte do recurso adquirido por meio deste título será investido no plantio de lavoura com a aplicação destas práticas e como resultado espera-se reduzir 10% das emissões globais da companhia.

Combustível

A companhia realizou investimentos recentes para renovação da frota, o que permitiu um aumento de eficiência na utilização de máquinas e equipamentos e redução de 22% na relação entre HP por área plantada. Também houve queda de 28% no consumo de óleo

⁵ http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-99172018000300015

⁶ <https://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va12-fertilidade-e-nutricao04.pdf>

diesel por hectare. A aquisição de novas máquinas (tratores, plantadeiras e colheitadeiras) a partir deste CRA possibilitará a redução do consumo de diesel em diversas atividades:

- Pulverizadores: redução de 16% no consumo de combustível por hectare.
- Colheitadeiras de Grãos: redução de 28% no consumo de combustível por hectare.
- Tratores e plantadeiras: redução de 31% de consumo de combustível por hectare.
- Colheitadeiras de Algodão: redução de 18% no consumo por hectare.

Monitoramento de Riscos Climáticos

A empresa declara que nas fazendas realiza acompanhamento contínuo das condições climáticas, com a adoção de tecnologias e estruturas de monitoramento do clima como estações meteorológicas próprias e pluviômetros, formando uma rede que disponibiliza dados em tempo real sobre o clima e permite previsões com menores riscos. A empresa também divulga como estratégia de proteção contra riscos climáticos o fato de ter uma distribuição geográfica bem dispersa de suas unidades produtivas, presentes em seis Estados diferentes do território brasileiro, além de também adotar a diversificação de culturas para se proteger contra riscos climáticos como secas, chuvas excessivas, etc, que porventura podem causar prejuízos econômicos para o negócio.

Considera-se essencial que sejam levadas em conta pela empresa as perspectivas do risco climático na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), e também da disponibilidade hídrica na região, por exemplo, por meio de aquíferos, para eventuais necessidades futuras de irrigação nas culturas, o que de fato pareceram variáveis previstas no planejamento agrícola. Vale destacar que as unidades Parnaíba, Palmeira, Parnaguá, Planeste, Paineira, Parceiro, Palmares, Panorama, Piratini e Paladino estão localizadas nessa região do MATOPIBA, totalizando 10 propriedades nessa região. A Abiove lançou em junho de 2020 um estudo com a análise geoespacial da soja no Cerrado e tal estudo registrou que estão no Cerrado Brasileiro 51% da área nacional de soja, sendo que quase um terço da expansão se concentrou no MATOPIBA.

Gestão de biodiversidade

De acordo com informações públicas (RA2019, pág. 38) a empresa conta com 99,4 mil hectares de áreas preservadas entre áreas de reserva legal e de preservação permanente, em cumprimento da legislação brasileira sobre o tema, e tais áreas representam 32,6% da área total da empresa, conforme divulgado no referido relatório e que promove um monitoramento por imagens de satélite que visa garantir que as áreas de reserva legal e de preservação permanente sejam conservadas. Dados obtidos mostram que nas unidades produtivas em fazendas próprias as porcentagens de constituição de reserva legal, em especial em razão das previsões legais sobre o tema, via de regra estão em conformidade com os dispositivos aplicáveis do Novo Código Florestal, sendo que algumas propriedades estão sujeitas ao critério de 20% de reserva legal e outras propriedades estão sujeitas ao critério de 35% de reserva legal por estarem em municípios da denominada Amazônia Legal.

Essas áreas protegidas significam, segundo dados divulgados para investidores pela SLC em 2020, 31,4 milhões de tCO₂e estocadas.

A empresa divulga ações e compromissos firmados que focam na proteção da biodiversidade, com destaque para os projetos Cabeceiras do Pantanal e Conservação da Biodiversidade no Cerrado.

Gestão de Riscos de Desmatamentos

Constatações feitas por documentos públicos e interação com os profissionais indicam que aproximadamente 99% das áreas plantadas atualmente são áreas já consolidadas e com nível de maturidade superior a três anos.

O modelo de negócio também define que em novos negócios, incluindo terras arrendadas, ocorre a avaliação da questão florestal e do risco de desmatamentos por meio da análise da dinâmica de imagens de satélite obtidas em diferentes períodos, compreendendo a transformação do uso do solo, e por consultas em bases de dados públicos para verificar existência de possíveis restrições em imóveis sob avaliação. A empresa registra também que após esse procedimento, se não forem identificadas restrições, ocorre uma segunda etapa de avaliação que envolve análise de documentos, autorizações, licenças ambientais pertinentes para comprovar a regularidade da transformação da área, por exemplo. Destaca-se que até o momento de finalização deste relatório não foi identificada publicamente nos canais oficiais da empresa como, por exemplo, site oficial, algum tipo de política ou procedimento que descreva formalmente essas ações preventivas de gestão do risco de desmatamento. Porém, deve-se frisar que a empresa possui certificações em suas fazendas, como a do sistema de certificação RTRS que por sua vez adotam critérios de avaliação do tema desmatamento (em especial situações ilegais) e o tema da conversão de terras nuas para fins de produção agrícola (em geral ocorrem para isso a supressão de vegetação por meio de autorizações de órgãos públicos dentro das permissões previstas em legislação, em especial o Novo Código Florestal, por exemplo) para concessão de certificados. A companhia relata que possui atualmente cerca de 239.357,00 hectares de área total certificada no âmbito da RTRS o que representa 54,19% em relação a área total própria e arrendada da empresa.

Álvaro Dilli, Diretor de RH e Sustentabilidade da empresa, declarou em entrevista no mês de setembro de 2020 para a Folhapress (agência de notícias do Grupo Folha) que “a SLC Agrícola encerrou o ciclo dela de abertura de áreas e transformação de área nativa” e complementou: “a partir de 2020 encerra-se o ciclo de abertura de áreas. Temos muito pouco para abrir, em torno de 5.000 hectares no máximo”. Importante destacar esse compromisso público da empresa, visto que, ele demonstra estar em linha com a previsão existente nos Critérios de Agricultura CBI de que para unidades localizadas, por exemplo, no Cerrado, nenhuma vegetação nativa deverá ser suprimida após o ano de 2020 (CBI, Critérios de Agricultura, Nota de Rodapé - Referência nº 21, página 16, Item “Criterion M2: Land use status”) e em especial ao longo dos cinco anos à frente que compõem o período do CRA.

A empresa aparenta demonstrar reconhecer o grau de importância do tema desmatamento para a visão do investidor externo e de partes interessadas em geral, indica ter condições de gerenciar o risco de desmatamento para evitar que ele ocorra em áreas de proteção e realiza ações de supressão de vegetação em áreas onde a legislação permite que ocorram tais ações, embora declaradamente informa publicamente que essas supressões tendem a ser eliminadas a partir do próximo ano, quando as fazendas atuais provavelmente já estarão todas com grau de maturidade adequado, sem necessidade de abertura de novas áreas agrícolas. Avalia-se também que o tema “desmatamento planejado”, mesmo que dentro da legalidade, pode ser um tema que aumentará as preocupações de possíveis investidores, tanto pré-emissão quanto pós-emissão. Sugere-se também que ocorra uma avaliação, por parte da empresa, de possibilidades de abordagens públicas e mais formais para compromissos de desmatamento zero, por exemplo.

Um tema conexo que deve ser levado em conta é a questão das queimadas em geral. A priori a empresa está exposta a riscos de incêndios e queimadas em geral, tanto aquelas que podem ocorrer acidentalmente dentro das suas áreas como também eventos que possam ocorrer externamente em áreas vizinhas e atingir suas propriedades podendo afetar tanto áreas produtivas com culturas plantadas (soja, algodão ou milho, além das áreas de integração lavoura pecuária), assim como podem afetar áreas de preservação da empresa existentes em cada uma das dezesseis fazendas. Sabe-se, por exemplo, que as áreas verdes de preservação são separadas das áreas de cultura por aceiros ou estradas que fazem a divisão física entre tais áreas. A empresa declara também ter placas de avisos proibindo acesso de pessoas, inclusive para evitar ações de caça ou pesca dentro de tais áreas, e declara adotar ações de conscientização com colaboradores para manter sólido o compromisso de preservar tais áreas verdes.

Por fim, foi possível identificar que todas as unidades produtivas têm uma estrutura para atuação em emergências ambientais como os casos de incêndios e queimadas tanto em áreas de lavoura como também em áreas de florestas, formada por uma equipe de brigadistas qualificada, rede de hidrantes, extintores, caminhões pipa, e práticas de realização de aceiros entre as áreas de reserva legal e lavouras. Atualmente a empresa informa contar com 385 colaboradores treinados atuando como brigadista nas operações que seguem os padrões do plano de emergência de resposta a incêndio na lavoura e florestas nativas e plantadas.

Conformidade

Do ponto de vista da conformidade ambiental relacionada com a existência de licenças ambientais para operações para as quais tais licenças são aplicáveis, a SLC Agrícola demonstrou medidas de gestão, de controle e monitoramento do tema em cada uma das unidades produtivas.

A adoção de práticas para garantir a conformidade ambiental das operações da SLC Agrícola pode ser reconhecida, em especial, pela existência de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) certificados seguindo padrões da norma ISO 14001:2015, por exemplo, visto que, a norma

preconiza ações de identificação de requisitos legais aplicáveis ao negócio e o atendimento dos mesmos incluindo revisões periódicas do SGA pela Alta Direção da empresa.

A empresa compartilhou para análise exemplos de relatórios gerenciais contendo dados sobre licenciamento ambiental e autorizações ambientais emitidas pelos órgãos ambientais estaduais. Também compartilhou o relatório gerencial contendo os registros de Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA emitidos. Como verificação o time da Resultante envolvido na avaliação, verificou por amostra a regularidade dos Cadastros Técnicos (CTF).

Em relação à conformidade com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades também foi possível conhecer as práticas de gerenciamento deste aspecto, os recibos do CAR foram enviados para conhecimento e foi reportado que as unidades produtivas elaboraram o CAR já no primeiro prazo legal previsto em lei, antes de todas as prorrogações que existiram posteriormente, demonstrando uma gestão atenta e tempestiva.

Histórico de acidentes, infrações, ações, multas e embargos

A empresa declara em seu Relatório da Administração 2019⁷ que “tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível” (não provisiona, apenas relata). Assim, a divulgação feita pela empresa envolve um montante de R\$ 3.754.000,00 em 31/12/2019 e se relaciona com ações ambientais vinculadas a autos de infração emitidos pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis conforme relato no referido relatório. Já para as provisões feitas pela companhia para ações ambientais classificadas como perda provável há um montante registrado em 31/12/2019 de R\$ 330.000,00 na visão consolidada.

No que diz respeito ao tema áreas embargadas o formulário de referência detalha um caso específico sobre a existência de uma autuação processo administrativo junto à 2ª instância administrativa do IBAMA instaurado em abril de 2015 envolvendo os Termos de Embargo nº. 277295-C e 491218-C lavrados pelo órgão em 2008 por suposto descumprimento de embargo ambiental ocorrido depois de a companhia ter supostamente implantado agricultura de sequeiro (soja e algodão) em áreas embargadas pelo órgão ambiental federal. As áreas embargadas envolvem 186,67 hectares arrendados pela companhia e 390,47 hectares de terras próprias, segundo o Formulário de Referência 2019 (Item 4.3, pág. 64, processo 02058.000059/2015-52). Importante salientar que a empresa declara que o embargo envolve essencialmente o antigo proprietário ([...] Termos de Embargo foram lavrados em face do antigo proprietário[...]) e que tomou e vem tomando todas as medidas necessárias práticas para regularizar a área, e atualmente segue adotando medidas para percorrer as esferas cabíveis endereçando sua defesa e seus argumentos.

⁷ (RA2019, pág. 86, Item 17, subitem b)

Em consulta a este Banco de Dados de Áreas Embargadas do IBAMA realizada em 22/10/2020 a avaliação externa identificou que o local objeto dos Termos de Embargo nº. 277295-C e 491218-C é denominado "Fazenda Califórnia", no município de Barreiras, Estado da Bahia. Importante destacar que fato recente, de 23 de outubro de 2020, atualizou o status desta área envolvida nos Termos de Embargo nº. 277295-C e 491218-C, fato esse envolvendo uma decisão de tutela provisória concedida oriunda de um Tribunal Superior (TRF 1a Região) determinando a suspensão dos referidos termos de embargo possibilitando à empresa retomar suas atividades sob a área embargada.

O Formulário de Referência registra outros processos ambientais e descreve todas as medidas que vêm sendo adotadas para defesa nas esferas cabíveis.

Controvérsias ESG – Diagnóstico de Informações Públicas

Parte da avaliação do desempenho ESG da companhia envolve a busca, em caráter não exaustivo, por eventuais assuntos, temas ou situações ESG controversas que porventura estão presentes na mídia em geral.

Considerando isso, a avaliação deste relatório identificou cenários ESG de informações públicas que podem se configurar como Controvérsias ESG na medida que são situações que se opõem ao universo de gestão ESG adotado pela companhia em termos de boas práticas ou que podem se relacionar indiretamente ou potencializar eventual futura Controvérsia ESG. Assim, a seguir estão relatadas algumas das controvérsias ESG identificadas para as quais recomenda-se, desde já, que a companhia faça os esclarecimentos que compreender como aplicáveis e reconheça que tais assuntos podem, de alguma forma, gerar necessidades de posicionamentos ao longo da emissão sob análise.

Formato	Título/Data	Resumo
Notícia	"Caso SLC Agrícola expõe risco do desmatamento para empresas listadas" ⁸ – maio/2020	Gestora Britânica Odey Asset Management está sendo cobrada por uma ONG chamada Global Witness para que reavalie seus investimentos na SLC (a matéria diz que essa gestora detém 9,7% do capital da SLC), visto que, pelos dados da ONG, a SLC "derrubou mais de 30 mil hectares de vegetação nativa do Cerrado para expandir suas fazendas entre 2011 e 2017"
Notícia	"SLC Agrícola deixará de desmatar áreas de cerrado ainda em 2020, diz	A matéria trata do comprometimento público da SLC em "parar de desmatar o cerrado ainda em 2020". Álvaro Dilli declara segundo a matéria: "A SLC Agrícola encerrou o ciclo dela de abertura de áreas e transformação de área nativa. A gente não faz mais isso"; "A partir de 2020 encerra-se o ciclo de abertura de áreas. Temos muito pouco para abrir, em torno de 5.000

⁸<https://www.capitalreset.com/caso-slc-agricola-expoe-risco-do-desmatamento-para-empresas-listadas-%EF%BB%BF/>;

	diretor" ⁹ – setembro/2020	hectares no máximo". A matéria também traz a informação de que em 2017 o "Fundo Soberano da Noruega deixou de investir na SLC, possivelmente por causa da ligação da empresa com desmatamento"
Notícia	"ONG identifica queimadas em fazenda da SLC na Bahia; empresa diz que causa é externa" ¹⁰ – outubro/2020	A matéria informa que foram identificadas queimadas em uma fazenda no Estado da Bahia que pertence à SLC Agrícola atingindo cerca de 6 mil hectares de terras, incluindo áreas de vegetação nativa dentro e fora da propriedade. A empresa foi questionada segundo a matéria e informou que havia averiguado que a origem das queimadas foi externa à propriedade
Notícia	"The Chain: Wildfires Rage on SLC Agrícola farm" ¹¹ – outubro/2020	A matéria registra queimadas em uma fazenda SLC Agrícola na Bahia (Fazenda Parceiro) identificadas por imagens de satélites de 06/10/2020, atingindo uma área de cerca de 6 mil hectares. A matéria comenta que em 2020 foi identificado uma supressão de vegetação de cerca de 5 mil hectares na mesma propriedade e que parece que tais supressões estão em conformidade com o Código Florestal do Brasil, porém afirma que violam os compromissos com o "desmatamento-zero" assumidos pela empresa. Esta fonte é a que deu origem à Notícia 3 citada anteriormente
Notícia	"Instituições financeiras de 3 países europeus investem quase R\$ 60 bi em empresas que contribuem com desmatamento no Brasil" ¹² - 2020	Na matéria a SLC é mencionada como uma das empresas que podem sofrer algum tipo de impacto em razão de potenciais mudanças de critérios de investimentos de investidores internacionais ao incluírem o risco de envolvimento com desmatamento nas suas tomadas de decisão
Estudo	"Investimento Responsável e o Combate ao	O estudo discorre sobre a intensa pressão sobre a vegetação natural do país que o agronegócio exerce. A SLC é citada ao longo do estudo categorizada como produtora de soja, e foi feita

⁹[https://www.folhape.com.br/economia/slc-agricola-deixara-de-desmatar-areas-de-cerrado-ainda-em-2020-diz/153951/;](https://www.folhape.com.br/economia/slc-agricola-deixara-de-desmatar-areas-de-cerrado-ainda-em-2020-diz/153951/)

¹⁰<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/10/08/slc-diz-que-causa-de-fogo-em-fazenda-na-bahia-e-externa.ghtml;>

¹¹[https://chainreactionresearch.com/the-chain-wildfires-rage-on-slc-agricola-farm/;](https://chainreactionresearch.com/the-chain-wildfires-rage-on-slc-agricola-farm/) (

¹²<https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/bancos/estudos/investimentos-desmatamento-amazonia-e-cerrado-2020/>

	Desmatamento nas Cadeias de Pecuária, Soja, Papel e Celulose no Brasil ¹³ - 2017	sua avaliação da gestão do risco de desmatamento com base nas práticas declaradas pela empresa em especial no ano de 2016, sendo que foi identificado à época que a companhia não tinha, por exemplo, política específica de combate ao desmatamento
--	---	--

AVALIAÇÃO ESG DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS VERDES – PROJETO

Aspectos de Governança

Conformidade com contratos e compromissos firmados

Os projetos de aquisição de novas máquinas e equipamentos e de evolução na conexão com a agricultura digital, juntamente com as ações previstas para implementar novas ações de conservação de solos e de adubação verde demonstram estar vinculados com a governança atual da companhia, portanto, sujeitos aos mesmos processos de avaliação de riscos e atuação em conformidade com as previsões contratuais e compromissos firmados em geral pela empresa. A aquisição das máquinas se dará levando em conta, por exemplo, o compromisso firmado publicamente pela companhia com a redução de emissões de gases de efeito estufa, ou seja, máquinas mais eficientes em especial quanto ao consumo de combustíveis por hectare. Os compromissos firmados pela companhia como, por exemplo, suas diretrizes com certificações de gestão e com certificações de boas práticas agrícolas também permanecerão sendo aplicáveis no âmbito dos projetos que receberão os recursos da emissão, conforme foi possível avaliar.

Modelo de governança para implantação e gestão dos projetos verdes

A empresa demonstrou estar ciente e com estrutura e recursos humanos para seguir em sua estratégia de fortalecimento de um dos pilares estratégicos da Companhia que é o “Protagonismo em ESG”. Os projetos verdes estão materializadas como parte integrante, por exemplo, do Programa de Redução de Gases de Efeito Estufa, sendo que este programa terá os projetos agricultura de baixo carbono e conservação de solos a ele vinculados e cada um destes projetos terá seus respectivos líderes e suas equipes envolvidas na elaboração e implementação das ações e dos monitoramentos.

Importante reforçar que o avanço desses projetos será acompanhado por meio de uma estrutura de governança e de gestão já existente, denominada de Reunião Mensal de Resultados – RMR, que por sua vez conta com a presença dos Diretores e Gerentes da Companhia, garantindo também uma forma colegiada de reportar quais evoluções, indicadores, metas e resultados financeiros, ambientais e climáticos estão sendo obtidos por meio do aporte dos recursos financeiros levantados na emissão. Por fim, a empresa assumiu

¹³<https://www.wwf.org.br/?62803/Combate-ao-Desmatamento-nas-cadeias-de-Pecuria-Soja-Papel-e-Celulose-no-Brasil>.

expressamente nos documentos oficiais da emissão que os resultados dos indicadores e a evolução dos projetos serão comunicados anualmente através do Relatório Integrado e serão submetidos a um processo de avaliação externa complementar para monitoramento e avaliação de desempenho.

Aspectos Sociais

Análise de práticas ESG institucionais dos fornecedores de máquinas e equipamentos

Em entrevistas e informações coletadas ao longo do processo de avaliação externa foi possível aferir que a empresa de máquinas e equipamentos agrícolas John Deere será a fornecedora principal dos equipamentos que serão adquiridos ao longo do projeto de modernização do parque de máquinas e equipamentos.

A John Deere demonstra ter práticas de sustentabilidade consolidadas em relação a gestão ambiental, saúde e segurança, incluindo a disponibilização pública em seu portal eletrônico de sua Política Global de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. A empresa também divulga ações de gestão ambiental em suas fábricas, operações que levam em conta conceitos de ecoeficiência, produtos concebidos para oferecerem eficiência e produtividade aos clientes e até uma parceria com a Embrapa para o fomento da ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) com o compromisso de redução de gases de efeito estufa e visando aumentar a renda das propriedades de forma sustentável.

Grau de realocação de funcionários e demissões em razão da mecanização

Com a aquisição máquinas mais eficientes e conectadas está também atenta ao aspecto social, quando prevê qualificação da mão de obra atual para enfrentar os desafios da estratégia da agricultura digital e conectada. A agricultura digital facilita os processos, desde a segurança para o trabalhador, passando pela tecnologia embarcada das máquinas e oportunidades de evolução na carreira e nos cargos dos funcionários. Destacam-se as salas de treinamento e centros de inclusão digital (Espaços de Inclusão Digital) que a empresa possui nas unidades produtivas, além da estratégia EJA (Educação de Jovens e Adultos a Distância) que permite que os colaboradores da unidade produtiva possam se capacitar por meio de cursos online, e também em avanços no ensino fundamental e médio.

Ações de capacitação e treinamento para novas máquinas

O investimento em educação é uma das prioridades do eixo estratégico de Relacionamento com Stakeholders da companhia. A empresa declarou que em 2019 ocorreu um crescimento de 22% na média de horas de treinamento oferecidas aos profissionais. Destaca-se o Programa de Capacitação para Agricultura 4.0 que busca qualificar os operadores agrícolas para que possam assumir a operação das novas máquinas e novos equipamentos em constante renovação e mudança. Os treinamentos passam por conteúdos como condição de drones em realidade virtual, inteligência artificial e tecnologias de agricultura de precisão. Avalia-se que os recursos do CRA também terão impacto positivo sobre o grau de capacitação

dos funcionários, por exemplo, sendo que as novas máquinas e os novos equipamentos exigirão novos treinamentos e a evolução em termos de conhecimento por parte de cada colaborador.

Condições de trabalho

Os projetos de agricultura de baixo carbono e de conservação de solos e adubação verde irão se submeter às mesmas regras de gestão das condições de trabalho nas operações da empresa, incluindo as regras das certificações do sistema de saúde e segurança, e das estratégias de segurança comportamental no denominado Programa de Segurança Comportamental e no indicador principal do programa denominado Índice de Prática Segura (IPS).

É possível reconhecer que as práticas e a governança em termos de saúde e segurança e das condições de trabalho atuais serão essenciais para garantir que os recursos obtidos no CRA sejam aplicados de forma a manter a conformidade com tais temas nas operações. Com viés social, mas também com viés ambiental e de conformidade, cita-se que a SLC Agrícola declara manter padrões de qualidade no controle do uso de insumos agrícolas no sentido de adotar práticas para não utilizar insumos banidos, proibidos ou ainda considerados altamente tóxicos por alguma referência técnica de mercado ou em razão da opinião técnica de seus profissionais da área, incluindo os receituários agrônômicos, que possam ser prejudiciais para os colaboradores no campo, mas que também podem trazer prejuízos para o meio ambiente.

Histórico de inconformidades com partes relacionadas

Os projetos verdes estão vinculados aos procedimentos de análise e homologação de partes relacionadas, especialmente de fornecedores. Assim, a empresa demonstra possuir procedimentos capazes de preventivamente realizar a identificação e a análise de riscos de inconformidades com partes relacionadas seja no momento da contratação e da homologação, seja ao longo do relacionamento vigente, incluindo os momentos em que fornecedores, por exemplo, vão até as fazendas para entregar produtos ou prestar serviços localmente. Alguns dos documentos necessários para homologação de fornecedores, por exemplo, de máquinas e equipamentos são LO – Licença Ambiental de Operação ou dispensa quando aplicável, PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Aspectos Ambientais

Avaliação das áreas a ser contempladas pelos recursos e Conformidade com Código Florestal (Área de Proteção Permanente - APP e Reserva Legal - RL)

Segundo relatos públicos e dados obtidos nas entrevistas, a estratégia atual da empresa é o denominado "Crescimento *Asset Light* (sem conversão de áreas)", a busca pela Eficiência e Protagonismo ESG.

Na frente de adubação de cobertura que ocorrerá nas áreas de cultivo, pode-se assumir que os recursos no CRA terão papel essencial na compra de sementes, de fertilizantes e defensivos, na implantação das culturas, na compra de combustíveis e nas atividades de pulverização, onde se destacam as premissas da empresa de que tais culturas servem ao propósito de ajudar a fixação de nitrogênio no solo, o que garante mais fertilidade e melhora o nível de matéria orgânica. Na frente de agricultura digital e de baixo carbono, as áreas das unidades produtivas que receberão as máquinas e equipamentos também se beneficiarão das reduções estimadas no uso de combustível, no uso de insumos e de recursos hídricos.

Uma das principais vertentes avaliadas nas áreas que serão contempladas pelos recursos é a conformidade ambiental de tais áreas frente manutenção das Reservas Legais conforme preconiza a legislação ambiental brasileira aplicável.

Neste sentido, a avaliação externa solicitou para análise o status do cumprimento das áreas de reserva legal (RL) e de áreas de preservação permanente (APP) de cada propriedade rural da empresa:

Unidade produtiva	Município(s)	Estado(s)	RL existente (%)	Município na Amazônia Legal? (*)
Fazenda Paineira	Monte Alegre	PI	35%	NÃO
Fazenda Pamplona	Cristalina/Luziânia	GO	25%	NÃO
Fazenda Planalto	Costa Rica	MS	22%	NÃO
Fazenda Planeste	Balsas	MA	44%	SIM (*)
Fazenda Panorama	São Desidério/Correntina	BA	20%	NÃO
Fazenda Piratini	Jaborandi/Correntina	BA	20%	NÃO
Fazenda Parceiro	Corrente e Formosa do Rio Preto	PI e BA	27%	NÃO
Fazenda Palmares	Barreiras, Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto	BA	20%	NÃO
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso	MA	23%	SIM (*)
Fazenda Palmeira	Tasso Fragoso	MA	41%	SIM (*)
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena	PI	35%	NÃO
Fazenda Planorte	Sapezal e Campos de Julio	MT	24%	SIM (*)
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos e Tabaporã	MT	59%	SIM (*)
Fazenda Paiaguás	Diamantino	MT	46%	SIM (*)

(*)Municípios da Lista de Municípios da Amazônia Legal - <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto> (IBGE, Limites da Amazônia Legal/2019). Nove estados compõem a Amazônia Legal: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e parte do Maranhão (181, dos quais 21 foram parcialmente integrados) – com um total de 772 municípios.
 Fonte: colunas 1 a 4 – SLC Agrícola (Fazendas não informadas: Fazenda Pantanal; Fazenda Paladino – são fazendas arrendadas, e o arrendamento é somente sobre a área produtiva, sendo a gestão das áreas verdes sob responsabilidade dos proprietários. Fazenda Pioneira também não informada (Joint Venture com Grupo Roncador, 50%/50%, segundo Relatório Integrado 2019); Coluna 5 – Cruzamento de informações via Resultante.
 Obs.1: no Relatório Integrado 2019 a Fazenda Paineira, página 6, é indicada como fazenda arrendada e está em operação por terceiro.
 Obs.2: os 41% de RL (Reserva Legal) da Fazenda Palmeira é o percentual de reserva legal em condomínio com imóveis arrendados.

Tabela – Unidades produtivas, status das reservas legais e cruzamento com municípios da Amazônia Legal.

Todas as unidades produtivas que estão dentro de municípios da Amazônia Legal foram informadas pela SLC Agrícola como propriedades com tipologia vegetal de cerrado, considerando então a aplicação da alínea b, inciso I, do Artigo 12 do Novo Código Florestal

(35% de RL), a exceção da Fazenda Perdizes que foi relatada como estando em localização com tipologia vegetal híbrida (cerrado e floresta), com Reserva Legal indicada de 59%, visto que, sendo que a averbação na matrícula previu o cálculo de 61,78% de cerrado e 38,22% de floresta da área na época da averbação, por estar em região de transição de biomas, e por isso a RL ficou entre 35% e 80%.

As unidades produtivas nos municípios da Amazônia Legal que em tese estariam com RL menor do que os 35% seriam: Parnaíba (MA) com 23% e Planorte (MT) com 24%. Neste quesito a empresa esclareceu que o artigo 68 do Novo Código Florestal determina que os proprietários de terra que realizaram a supressão de vegetação nativa conforme percentuais de reserva legal previstos pela legislação vigente na época da supressão estão dispensados de cumprir os percentuais previstos como vigentes atualmente, sendo que tais propriedades se enquadram em tal dispositivo legal.

Para as demais unidades produtivas foi possível identificar que as Fazendas Panorama e Palmares, no Estado da Bahia, estão com 20% cada uma de Reserva Legal (RL), dentro dos 20% exigidos pelo Novo Código Florestal.

O total geral em termos de área de reserva legal das 14 áreas indicadas é de 105.368,93 hectares¹⁴, além de 9.634,73 hectares de áreas de preservação permanente.

Avaliação da eficiência das futuras máquinas e equipamentos (combustível, defensivos e fertilizantes)

Máquinas

O ciclo de investimentos na modernização do parque de máquinas está previsto conforme estimativas da tabela a seguir:

Anos	2020	2021	2022	2023	2024
Conjunto Tratores e Plantadeiras					
Unidades a serem adquiridas	11	12	12	12	10
Redução no consumo de combustíveis prevista (litros/ha)	38,5	42,0	42,0	42,0	35,0
Colheitadeira de Grãos					
Unidades a serem adquiridas	0	6	10	0	14
Redução no consumo de combustíveis prevista (litros/ha)	0	12	20	0	28
Pulverizadores					
Unidades a serem adquiridas	16	16	17	8	13
Redução no consumo de combustíveis prevista (litros/ha)	2,3	2,3	2,5	1,2	1,9
Colheitadeiras					
Unidades a serem adquiridas	0	4	3	11	4
Redução no consumo de combustíveis prevista (litros/ha)	0	16,2	12,1	44,4	16,2

¹⁴ A SLC complementa que deste total, 6.888,63 ha são áreas de reserva legal compensadas mediante doação para Unidades de Conservação Estaduais (Planalto: 2.431,25 ha; Planorte: 370,54 ha e Paiaguás: 4.086,85 ha).

Equipamentos – Weedseeker e WEEDit

Buscando tecnologias, ferramentas e processos mais adequados para diminuição de impactos ambientais, a SLC Agrícola, em 2019, passou a utilizar a ferramenta Weedseeker, sistema de aplicação seletiva da Trimble (empresa de agricultura de precisão) que visa aplicar os defensivos onde realmente for necessário, promovendo economia, diminuição do impacto ambiental e aumento de eficiência.

Atualmente as Fazendas Pantanal (MS), Planalto (MS), Planorte (MT), Pamplona (GO), Planeste (MA), Parnaíba (MA) e Parceiro (BA) já utilizam a ferramenta. As demais Unidades deverão ser atendidas nos próximos anos. A previsão vinculada com o uso dos recursos do CRA indica que em 2020 serão 16 equipamentos, em 2021 mais 16, assim como em 2020, com 9 novos equipamentos a serem adquiridos em 2023 e 12 novos equipamentos no ano de 2024.

O WeedSeeker é um equipamento composto por 72 sensores e 72 bicos de pulverização que são acoplados ao pulverizador. Os sensores conseguem captar tonalidades de verde e tamanho de ervas daninhas e, ao captar, o bico de pulverização correspondente é acionado para que seja aplicado apenas no alvo. Assim, o sistema WeedSeeker permite uma aplicação mais eficiente, pois através dele é possível identificar a massa da cultura e calibrar a aplicação dos defensivos somente na massa das plantas daninhas, que forem maiores que a da cultura instalada. Destacam-se neste caso que os ganhos ambientais estão atrelados, inclusive, à redução no uso de água.

O WEEDit também é um sistema de pulverização localizada que, segundo informações públicas consultadas e obtidas durante as entrevistas, usa sensores para detectar plantas vivas indesejadas e após a detecção os bicos do pulverizador são acionados aplicando apenas a quantidade específica para aquela erva daninha identificada, com uma economia esperada de 95%.

Outros ganhos ambientais e de eficiência decorrentes da aplicação localizada de defensivos que será viabilizada em maior escala com estes novos equipamentos também podem ser citados, obtidos pela empresa em testes ainda em nível piloto ou experimental: Redução de 30% de desfolhante no algodão; Redução de 22% de regulador de crescimento no algodão; Aplicação de herbicidas na soja: redução de 83% (1 aplicação em 5.522 ha); Aplicação de inseticidas no algodão: redução de 65% (1 aplicação em 1.706 ha).

Processo de licenciamento ambiental

Os projetos verdes na frente da agricultura digital e de baixo carbono envolverão a aquisição de máquinas e equipamentos para serem operados nas unidades operacionais atuais, que por sua vez, estão submetidas aos procedimentos já adotados pela empresa de garantia da conformidade legal, com apoio do sistema de gestão ambiental certificado mencionado.

Emissões evitadas de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Uma das estratégias da SLC Agrícola para contribuir com o programa de redução de gases de efeito estufa é o uso de plantas para adubação verde. A crotalária é uma das principais plantas a serem usadas pela empresa e segundo a Embrapa forma associação simbiótica com bactérias do solo conhecidas como rizóbios e aproveita o nitrogênio fixado a partir do ar por esses microrganismos. Desta forma, ao ser utilizada como adubo verde, ela reduz a necessidade de aplicação de fertilizantes nitrogenados nas culturas, o que tem impacto direto na redução das emissões de gases de efeito estufa.

A empresa relata ainda que os sistemas de integração entre culturas de alto aporte de carbono permitem o acúmulo de palhada sobre o solo, manutenção de uma cultura viva por mais tempo, permitindo otimização nos processos biológicos do solo e, assim, aumentando o potencial de acúmulo de carbono nos solos agrícolas. A título de exemplo, sistemas que utilizam milho solteiro (milho plantado sem o consórcio com a braquiária) tem alta produção de palhada, no entanto a penetração, via sistema radicular, é menos pronunciada que aquele em que há integração com a braquiária, que é um dos projetos a serem estimulados e implementados com uso dos recursos do CRA. O potencial de crescimento radicular da braquiária é superior a 4 metros e esse abundante desenvolvimento em profundidade faz com que o carbono (C) presente na estrutura radicular permaneça sequestrado e com baixo acesso à atividade biológica, responsável pela degradação. Esse é um dos principais motivos que fazem do consórcio com braquiária um meio importante a ser reconhecido como uma estratégia de compensação de emissões de GEE.

Além desses benefícios, segundo a empresa, a adoção desse sistema de plantio consorciado entre milho e braquiária, a título de exemplo, permite viabilizar o sistema de plantio direto, pois aumenta a produção de palha em condições tropicais, o que tem relação direta com o direcionamento dos recursos do CRA para fomentar práticas de conservação do solo, onde se enquadra o plantio direto. Existem outros benefícios também como a redução da degradação química, física e biológica do solo. Benefícios indiretos, não contabilizados, podem estar associados à redução de insumos nessas áreas (ciclagem de potássio, controle de plantas daninhas, doenças e pragas, redução do uso de combustíveis para realização de práticas conservacionistas mecânicas com maior frequência, entre outros). A estimativa de compensação baseou-se nos dados de Salton (2005) que estudou os efeitos da integração de milho braquiária, em relação ao sistema solteiro de cultivo do milho, ambos em plantio direto, sobre a capacidade de sequestro de carbono. Baseado em seu trabalho, calculou-se que o ganho médio de carbono sequestrado no solo, em relação ao sistema solteiro, é de 0,17 Mg C/ha/ano. Esta estimativa do estudo foi utilizada como base para o cálculo do potencial de redução das emissões no projeto cobertura vegetal e adubação verde e por consequência na estimativa do potencial de redução em 10% nas emissões globais da companhia. Na tabela a seguir estão as estimativas de desempenho ambiental em termos de redução de emissões de GEEs entre 2020 e 2024 conforme evolui a implantação da frente de Conservação do Solo e Adubação Verde (milheto, crotalária, braquiária) em hectares:

Anos	2020	2021	2022	2023	2024
Área (ha)	159.220	202.130	202.130	202.130	202.130
Redução de Emissões (ton. de CO2 eq)	27.067	34.362	34.362	34.362	34.362

Redução no consumo de combustíveis fósseis

A empresa demonstrou percorrer uma trilha de redução no consumo de litros de diesel por hectare, e o projeto de aquisição de novas máquinas e de novos equipamentos agrícolas permitirá essencialmente seguir esses resultados. Essas reduções também serão contabilizadas como ações que irão contribuir para o compromisso público de diminuir em até 25% as emissões de GEE até 2030.

Os recursos do CRA viabilizarão, por exemplo, a aquisição de pulverizadores com 36 metros de barra que permitirão um ganho de rendimento por hora e uma redução de 16% no consumo de diesel em relação a operação atual. As novas colheitadeiras de grãos a serem adquiridas, com plataformas de 45 pés, também permitirão uma redução de consumo de combustível na ordem de 28%, além dos conjuntos tratores e plantadeiras com mais linhas (de 26 das atuais para 36 linhas das novas) que garantirão uma redução no indicador de consumo de combustíveis por hectare (31%) e a previsão de redução de 18% no consumo de diesel por hectare com as novas colheitadeiras de algodão a serem adquiridas.

Acidentes, infrações, multas e embargos

Do ponto de vista de possíveis mecanismos que podem garantir que os recursos do CRA não cheguem direta ou indiretamente ou ainda sejam interrompidos caso ocorra algum tipo de materialização de risco ao longo da aplicação dos recursos, como acidentes, infrações, multas ou embargos, foi possível compreender que mecanismos que podem garantir a gestão de riscos ESG estão fundamentados no Sistema de Gestão Integrado (SGI) e certificações relacionadas.

ALINHAMENTO DA EMISSÃO COM AS DIRETRIZES GBP

Painel consolidado

Principais temas avaliados	Considerações
Adoção de Política de Responsabilidade Socioambiental pelo emissor	A SLC Agrícola demonstrou adotar política de gestão integrada de temas ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacional, além de estratégias bem delineadas sobre a importância das certificações ambientais e agrícolas em suas unidades produtivas, com um horizonte de oportunidade no sentido de aprimorar sua comunicação no que diz respeito a uma política mais forma de combate ao desmatamento, por exemplo
Objetivos ambientais do emissor	Os objetivos ambientais da SLC ficaram bem claros tanto sob a ótica institucional como também sob a ótica dos investimentos verdes focos da emissão sob análise, destacando-se por exemplo os eixos prioritários de atuação, dentre eles o eixo "Mudanças Climáticas e Solo", e também o viés dos investimentos de realizar uma transição para uma agricultura de baixo carbono
Licenças ambientais e Estudos de Impacto Ambiental, quando aplicáveis	A empresa demonstrou ter controles consolidados de suas obrigações em termos de licenças ambientais e estudos ambientais quando aplicáveis, além de relatar medidas práticas para cumprimento de condicionantes técnicas de licenças em geral
Modelo de governança para implantação e gestão de projetos	A governança para implantar e monitorar os projetos verdes passa pela liderança da área de sustentabilidade da empresa, pelo Comitê de Sustentabilidade no âmbito da Diretoria e, em especial, pela estrutura de governança representada pela Reunião Mensal de Resultados (RMR) que conta com a presença de Diretores e Gerentes
Critérios para elegibilidade dos Projetos Verdes	No âmbito dos Critérios de Agricultura CBI, na tabela de critérios elegíveis ao CBI, a SLC entra na categoria de "Fazendas que produzem safras perenes e não perenes", com os seguintes projetos e ativos elegíveis: Práticas agrícolas relacionadas com a produção de culturas perenes e não perenes dentro da(s) propriedade(s) agrícola(s), e Equipamentos, instalações e ativos físicos relacionados à produção de culturas perenes e não perenes na propriedade da(s) fazenda(s), além do enquadramento no âmbito das atividades elegíveis do Guia para Emissão de Títulos Verdes dentro das categorias prevenção e controle da poluição e gestão sustentável dos recursos naturais
Definição clara da aplicação dos recursos a serem captados pelos Títulos Verdes	A SLC Agrícola foi capaz de demonstrar de forma clara e precisa, inclusive de prever nos documentos oficiais da emissão, para quais fins os recursos a serem captados serão destinados, ou seja, o programa de investimentos verdes com projetos de agricultura de baixo carbono, de redução de emissões de GEEs, e de práticas de conservação de solos
Definição dos indicadores, formas de monitoramento dos resultados financeiros e ambientais esperados e estimativas de desempenho ambiental	A SLC Agrícola informou de forma clara os indicadores ambientais e de sustentabilidade que serão usados para monitorar o desempenho dos investimentos tanto em termos financeiros, como em termos ambientais e climáticos, incluindo indicadores como consumo de combustível pelas frotas agrícolas, emissões de GEEs e consumo de insumos agrícolas como defensivos e fertilizantes

<p>Qualidade, instrumento e frequência do reporte para os investidores e para o mercado em geral</p>	<p>Os padrões que tendem a ser adotados pela SLC Agrícola para comunicar o mercado sobre a evolução dos investimentos verdes seguem os mesmos do Relatório Integrado anual reportado pela empresa, além da integração dos relatos ESG dos projetos em apresentações para investidores</p>
<p>Destaques de boas práticas agrícolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de fertilizantes por meio do uso de métodos racionais para evitar desperdícios, controle ou redução nas doses, incluindo o uso racional de fertilizantes nitrogenados, que por sua vez emitem o óxido nitroso, um dos gases mais potencializadores do efeito estufa • Adoção de práticas agrícolas de manejo de solo e culturas que trazem a redução no uso de fertilizantes • Técnicas de plantio direto plenamente consolidadas nas unidades produtivas • Estratégias de cobertura do solo para proteção contra erosão, perda de umidade e regulação da temperatura • Práticas de adubação verde, com plantas capazes de fixar o nitrogênio atmosférico e incorporá-lo aos solos • Gestão de resíduos adequada • Gestão da conformidade ambiental em termos de licenciamento ambiental e estudos ambientais aplicáveis • Autorizações legais para uso de água (outorgas) • Uso predominante da agricultura de sequeiro, com poucas operações de irrigação • Diversificação da produção, cultivos consorciados e adoção de práticas de integração lavoura-pecuária • Manejo integrado de pragas • Agricultura digital e máquinas e equipamentos conectados gerando eficiência operacional e proteção de recursos naturais

FORMULÁRIO GREEN BOND PRINCIPLES (GBP)¹⁵

Formulário de Revisão Externa

Seção 1. Informações básicas

Nome do Emissor/Cedente: SLC Agrícola S.A.

Nome do fornecedor de revisão (avaliação externa): RESULTANTE CONSULTORIA ESTRATÉGICA (ASB Assessoria Empresarial Ltda. ME)

Data de preenchimento deste formulário: 23/11/2020

Data de publicação da revisão (avaliação externa): A ser determinado

Seção 2. Visão geral da revisão (avaliação externa)

Âmbito da revisão

A revisão avaliou os seguintes elementos e confirmou seu alinhamento com os GBPs:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Uso dos recursos | <input checked="" type="checkbox"/> Processo para avaliação e seleção de projetos |
| <input checked="" type="checkbox"/> Gerenciamento dos recursos | <input checked="" type="checkbox"/> Comunicação |

Função do fornecedor de revisão

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultoria (incl. 2ª opinião) | <input type="checkbox"/> Certificação |
| <input type="checkbox"/> Verificação | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Outros (<i>por favor, especifique</i>): | |

Seção 3. Revisão detalhada

1. USO DOS RECURSOS

Comentário geral da seção: A SLC Agrícola foi capaz de demonstrar de forma clara e precisa, inclusive de prever nos documentos oficiais da emissão, para quais fins os recursos a serem captados serão destinados, ou seja, o programa de investimentos verdes voltado para projetos de agricultura digital e de baixo carbono, de redução de emissões de GEEs, e de práticas de conservação de solos

Categorias de uso dos recursos, de acordo com GBP:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Energias renováveis | <input type="checkbox"/> Eficiência energética |
|--|--|

¹⁵ Tradução livre de https://www.icmagroup.org/Emails/icma-vcards/YE/S%20BANK-External-Review-form_101116.pdf

- | | | | |
|-------------------------------------|---|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Prevenção e controle da poluição | <input type="checkbox"/> | Gestão Sustentável dos recursos naturais vivos |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Conservação da biodiversidade terrestre e aquática | <input type="checkbox"/> | Transporte limpo |
| <input type="checkbox"/> | Gestão sustentável da água | <input checked="" type="checkbox"/> | Adaptação às mudanças climáticas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Produtos ecoeficientes, tecnologias e processos de produção | <input type="checkbox"/> | Outro (<i>por favor, especifique</i>): |
| <input type="checkbox"/> | Desconhecido na emissão, mas atualmente esperado para estar em conformidade com as categorias GBP ou outras áreas elegíveis ainda não declaradas em GBP | | |

Se aplicável, especifique a taxonomia ambiental, se não for GBPs:

2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS

Comentário geral da seção: Práticas agrícolas relacionadas com a produção de culturas perenes e não perenes dentro da(s) propriedade(s) agrícola(s), e Equipamentos, instalações e ativos físicos relacionados à produção de culturas perenes e não perenes na propriedade da(s) fazenda(s), além do enquadramento no âmbito das atividades elegíveis do Guia para Emissão de Títulos Verdes dentro das categorias prevenção e controle da poluição e gestão sustentável dos recursos naturais. No anexo 2 deste documento há uma descrição completa sobre o detalhamento dos critérios de concepção do produto.

Avaliação e seleção

- | | | | |
|--------------------------|--|-------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | CrITÉRIOS definidos e transparentes para projetos elegíveis para recursos com títulos verdes | <input checked="" type="checkbox"/> | Processo documentado para determinar se os projetos se encaixam em categorias definidas |
| <input type="checkbox"/> | CrITÉRIOS de resumo para avaliação e seleção de projetos publicamente disponíveis | <input type="checkbox"/> | Outros (<i>por favor, especifique</i>): |

Informações sobre responsabilidades e prestação de contas

- Critérios de avaliação / seleção sujeitos a consultoria ou verificação externa
- Avaliação interna
- Outros (*por favor, especifique*):

3. GESTÃO DOS RECURSOS

Comentário geral da seção: A SLC Agrícola informou de forma clara os indicadores ambientais e de sustentabilidade que serão usados para monitorar o desempenho dos investimentos tanto em termos financeiros, como em termos ambientais e climáticos, incluindo indicadores como consumo de combustível pelas frotas agrícolas, emissões de GEEs e consumo de insumos agrícolas como defensivos e fertilizantes. Os padrões que tendem a ser adotados pela SLC Agrícola para comunicar o mercado sobre a evolução dos investimentos verdes seguem os mesmos do Relatório Integrado anual reportado pela empresa, além da integração dos relatos ESG dos projetos em apresentações para investidores

Acompanhamento dos recursos:

- O Green Bond procede segregado ou rastreado pelo emissor de maneira sistemática
- Divulgação dos tipos pretendidos de instrumentos de investimento temporário para recursos não alocados
- Outros (*por favor, especifique*)

Divulgação adicional:

- Alocações apenas para investimentos futuros
- Alocações para investimentos existentes e futuros
- Alocação para desembolsos individuais
- Alocação a um portfólio de desembolsos
- Divulgação do saldo da carteira de receitas não alocadas
- Outros (*por favor, especifique*)

4. COMUNICAÇÃO

Comentário geral da seção: Os padrões que tendem a ser adotados pela SLC Agrícola para comunicar o mercado sobre a evolução dos investimentos verdes seguem os mesmos do Relatório Integrado anual reportado pela empresa, além da integração dos relatos ESG dos projetos em apresentações para investidores

Relato do uso dos recursos:

- Projeto por projeto
- Em um portfólio de projetos
- Vínculo com título (s) individual (is)
- Outros (*por favor, especifique*)

Informações relacionadas

- Montantes alocados
- Participação financiada em Green Bond do investimento total
- Outros (*por favor, especifique*)

Frequência:

- Anual
- Semi anual
- Outros (*por favor, especifique*)

Relatório de impacto

- Projeto por projeto
- Em um portfólio de projetos
- Vínculo com título (s) individual (is)
- Outros (*por favor, especifique*): O relatório do primeiro ano incluirá uma revisão externa.

Frequência:

- Anual
- Semi anual
- Outros (em conjunto com o relatório de uso dos recursos)

Informações relacionadas (esperadas ou ocorridas):

- Emissões/redução de GEE
- Economia de energia
- Outros (*por favor, especifique*).
Outros indicadores ESG

Meios de divulgação

- Informação publicada no relatório financeiro
- Informações publicadas em relatório de sustentabilidade

- Informações publicadas em documentos ad hoc Outros (*por favor, especifique*)
- Relatórios revisados (se sim, especifique quais partes do relatório estão sujeitas a revisão externa): Relatório de acompanhamento da emissão de green bond por empresa de avaliação externa.

Onde apropriado, especifique o nome e a data da publicação na seção de links úteis.

LINKS ÚTEIS (por exemplo, para revisar a metodologia ou credenciais do provedor, a documentação do emissor etc.)

Links Gerais

- ✓ <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/quase-metade-da-a-gua-usada-na-agricultura-a-c.2019-03-15.2354987174>
- ✓ <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1268/1/Ranieri%20Niero.pdf>
- ✓ <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/quase-metade-da-a-gua-usada-na-agricultura-a-c.2019-03-15.2354987174>
- ✓ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/publicacoes-seguro-rural/guia-dos-seguros-rurais>
- ✓ <https://responsiblesoy.org/alem-do-desmatamento?lang=pt-br>
- ✓ <https://agroemdia.com.br/2020/09/16/coalizao-brasil-apresenta-seis-medidas-para-a-queda-rapida-do-desmatamento/>
- ✓ <https://envolverde.com.br/eficiencia-produtiva-e-monitoramento-climatico-garantem-a-slc-agricola-bons-resultados-no-campo-consumindo-menos-agua/>
- ✓ <https://www.slcagricola.com.br/noticias/slc-agricola-utiliza-ferramenta-weedseeker/>
- ✓ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>
- ✓ <https://abiove.org.br/publicacoes/analise-geoespacial-da-soja-no-cerrado/>
- ✓ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/producao-integrada/boas-praticas-agricolas>
- ✓ <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/boas-praticas-agricolas>

Links Formulário de Referência 2020

- ✓ <http://ri.slcagricola.com.br/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>
- ✓ https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/a975c39b-3eca-4ad8-9330-2c0a0b8d1060/a61153dd-933d-4b94-863b-0379798ea15c_fr_v3.pdf

Relatório Integrado 2019

- ✓ <https://www.slcagricola.com.br/ri2019/#home>

Relatório da Administração 2019

- ✓ <https://www.slcagricola.com.br/ri2020/pdf/SLCRelatorioAdministracao2019.pdf>

Apresentação para Investidores (Out/2020)

- ✓ https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/a975c39b-3eca-4ad8-9330-2c0a0b8d1060/4d7334d2-00f6-4fba-a203-76af416607ba_apresentacao%20para%20investidores.pdf

Relação com Investidores

- ✓ <http://ri.slcaagricola.com.br/>

ESPECIFICAR OUTRAS REVISÕES EXTERNAS DISPONÍVEIS, SE FOR CASO DISSO

Tipo (s) de Revisão fornecido:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultoria (incl. 2ª opinião) | <input type="checkbox"/> Certificação |
| <input type="checkbox"/> Verificação / Auditoria | <input type="checkbox"/> <i>Rating</i> |
| <input type="checkbox"/> Outros (<i>por favor, especifique</i>) | |

Revisor(es): Resultante Consultoria Data de publicação: 23/11/2020

SOBRE O PAPEL DOS FORNECEDORES DE SEGUNDA OPINIÃO E VERIFICADORES DE ACORDO COM O *GBP*

- (i) Revisão de consultores: Um emissor pode solicitar consultoria a consultores e / ou instituições com experiência reconhecida em sustentabilidade ambiental ou outros aspectos da emissão de um Green Bond, como o estabelecimento / revisão da estrutura de Green Bond de um emissor. As "segundas opiniões" podem se enquadrar nessa categoria.
- (ii) Verificação: Um emissor pode ter seu Green Bond, estrutura associada a Green Bond ou ativos subjacentes verificados independentemente por partes qualificadas, como auditores. Ao contrário da certificação, a verificação pode se concentrar no alinhamento aos padrões internos ou reivindicações feitas pelo emissor. A avaliação das características ambientalmente sustentáveis dos ativos subjacentes pode ser denominada verificação e pode fazer referência a critérios externos.
- (iii) Certificação: Um emissor pode ter sua estrutura Green Bond ou Green Bond associada ou o Uso de Recursos certificados de acordo com um padrão externo de avaliação verde. Um padrão de avaliação define critérios e o alinhamento com esses critérios é testado por terceiros / certificadores qualificados.
- (iv) Rating: um emissor pode ter sua estrutura de Green Bond ou Green Bond associada classificada por terceiros qualificados, como provedores de pesquisa especializados ou agências de classificação. Os ratings de Green Bond são separados do rating ESG de um emissor, pois normalmente se aplicam a títulos individuais ou estruturas / programas de Green Bond.



Rua Paes Leme, 215, Sala 716 - Pinheiros
São Paulo - SP - 05424-150 Brasil

+55 11 3085.2279

www.resultante.com.br

Bruna Belletato

bruna.belletato@resultante.com.br

Bruno Youssif

bruno.youssif@resultante.com.br

Marco Antonio Ferreira

marco.ferreira@resultante.com.br

Maria Eugênia Buosi

eugenia.buosi@resultante.com.br